

**MATERIAL DE ANÁLISE CRÍTICA
E PROPOSTA ALTERNATIVA
ÀS POLÍTICAS CURRICULARES
DA REDE ESTADUAL PAULISTA**

ENSINO MÉDIO

**PESQUISA FINANCIADA
PELA FAPESP**

JUNHO DE 2025

Processo: 2021/11390-0

COMPONENTE CURRICULAR

REDAÇÃO E LEITURA

O que é?

O Componente Curricular Redação e Leitura passou a fazer parte da educação pública paulista a partir de uma nova reforma implementada pelo governo Tarcísio de Freitas, com Renato Feder à frente da Secretaria Estadual de Educação, iniciada em 2024, oferecendo duas aulas semanais para todas as séries do Ensino Médio. Este componente é ministrado inteiramente por meio de plataformas digitais e, diferente de outros, é desenvolvido em duas delas plataformas: o Redação Paulista e o LeiaSP.

No caso das redações, por meio do Redação Paulista espera-se que os estudantes publiquem na plataforma uma redação a cada mês, variando o gênero textual de acordo com o ano/série, mas com o tema fechado e proposto pela Secretaria de Educação (Seduc-SP). O texto deve conter uma quantidade mínima de caracteres; caso essa exigência não seja cumprida, a plataforma não aceita a redação. Inicialmente, a plataforma Redação Paulista estava em uso desde o segundo semestre de 2023, mas sem a obrigatoriedade de uma redação a cada bimestre.

Por sua vez, com a utilização do LeiaSP, se tem como objetivo estimular a leitura. Para isso, impõe-se que, a cada bimestre, cada estudante leia ao menos uma obra literária, cuja escolha é facultativa para cada discente. Alegadamente, espera-se aguçar o prazer da leitura dos alunos; entretanto, a cada 10% da obra lida, é necessário responder a uma questão, o que contraria a proposta central ao ignorar o deleite da leitura.

No Componente Curricular, de modo geral, não há nenhum material de apoio ao professor, seja com dicas de atividades para estimular a escrita dos estudantes e levá-los a produzir melhores textos, como no caso do Redação Paulista, seja com atividades que estimulem a leitura ou até mesmo uma espécie de leitura guiada, como no caso do LeiaSP. Os professores habilitados a terem aulas atribuídas neste componente são os professores de Língua Portuguesa.

Apesar de não ser um componente para os anos finais, ainda assim, as plataformas estavam à disposição dos/as professores/as, para serem utilizadas nas aulas de Língua Portuguesa, sendo exigido deles também que um texto fosse produzido pelos discentes ao fim de cada mês.

Análise

O primeiro ponto que é necessário mencionar é que, em hipótese, para o governo estadual, os/as professores/as habilitados/as a assumirem o componente já sabem o que fazer, ainda que não tivessem recebido nenhuma orientação prévia e nem subsequente de como conduzir as aulas¹ - nem mesmo em relação à divisão do tempo para atender ao que é exigido. Assim, surge para o profissional a dúvida: como equilibrar o tempo dedicado à escrita de textos e à leitura de outros, de forma que uma atividade não sobreponha a outra? Aparentemente, no segundo semestre, pelo direcionamento de escolha de conteúdo no *Diário de Classe*², já se condiciona o fazer docente - contudo, ainda qualquer discussão ou apresentação prévia aos/às professores/as.

Nesse sentido, o que a Seduc-SP tem proposto é um cronograma mensal, que também se materializa no preenchimento do Diário de Classe, mais especificamente para cumprimento do Redação Paulista. Esse cronograma contém a data de postagem das redações para cada turma, uma semana destinada à escrita dos textos, outra para a postagem e uma terceira para correção e devolutiva dos/as professores/es aos/às estudantes, para ajustes ou já com a redação corrigida.

No que se refere à leitura, nada foi feito - nem sequer foi reservado tempo para que os/as professores/es tomassem conhecimento do acervo digital disponibilizado, o que evidencia a posição de menor importância que o estado atribui à leitura em relação à escrita.

Assim, o único indicativo presente no Diário de Classe é uma aula para selecionar o livro e aulas específicas para realização da leitura. Mas, e é isso que chamamos a atenção, não há orientações para o profissional, apenas uma espécie de prerrogativa de “faça”, sem proposta crítica ou diretrizes sobre como desenvolver a atividade.

¹ O que consta no site oficial da Seduc-SP, em sua página de atendimento, são as perguntas mais frequentes feitas aos profissionais. No caso do LeiaSP, todas as perguntas indicam o acesso ao tutorial, contudo o acesso está negado (cf. Leia SP Informações Gerais. Disponível em: <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-07764/pt-br>. Acessado em 26 de mar. de 2025). No caso da Redação Paulista, constam 24 perguntas frequentes, e todas versam sobre a operacionalização da plataforma (como alterações de datas, nota do estudante, dentre outros), não há encaminhamento para nenhum tutorial e nenhuma prerrogativa de como trabalhar a temática em classe, ou seja, nenhuma ponderação formativa sobre como estimular os estudantes para que deem conta dessa solicitação mensal (ver, Redação Paulista - FAQ. Disponível em: <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-07660/pt-br>. Acessado em 26 de mar. de 2025). Por fim, ao se ter acesso ao tutorial do LeiaSP, localizado em outro link, o que se percebe é que esse tutorial se refere apenas a como acessar a plataforma e interagir na sua interface, sem nenhum detalhe sobre “como” trabalhar, ou seja, sem nenhuma recomendação pedagógica (tutorial disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2024/03/guia_leiasp.pdf. Acessado em 26 de mar. de 2025).

² Outra plataforma, que corresponde ao antigo diário de papel, agora de forma online. O diário é o espaço de registros cotidianos do que acontece em classe. No caso, o governo já tem estipulado e fechado o que tem de ser transmitido. Por exemplo: aula 1: escolha do livro; aula 2: elaboração do texto. Adiante, abordaremos essa alteração, que se dá somente no segundo semestre e seus indicativos.

O que se percebe, desta feita, é que tanto estudantes quanto professores/as optam pelos livros mais curtos, o que, em si, não é um problema, pois qualidade literária não está relacionada ao tamanho da obra. Contudo, essa escolha indica a precariedade das ações leitoras e faz com que aquilo que deveria servir para incentivar a competência leitora torna-se, nesse caso, mero cumprimento protocolar.

O mesmo também ocorre com a produção e postagem das redações. Pelo que foi possível observar - o diálogo estabelecido ocorreu com três professores, além dos relatos dos membros da pesquisa da Fapesp - são múltiplas as escolhas adotadas. De maneira geral, percebe-se que há uma parcela elevada de estudantes descontentes que, reiteradamente, tentam burlar a exigência por meio de textos produzidos via Inteligência Artificial (IA), como o ChatGPT, por exemplo. Ainda assim, o que pode ser verificado é que, mesmo diante do descontentamento, os distintos grupos ainda tentam preencher as plataformas em tempo hábil.

Das estratégias adotadas pelos docentes, foi possível identificar a utilização dos materiais disponibilizados pela Seduc-SP, como o Aprender Sempre, e temas extraídos dos slides de Língua Portuguesa. Isso, por si só, levanta algumas questões: como está o diálogo entre as aulas de Língua Portuguesa e as de Redação e Leitura, uma vez que nem sempre são ministradas pelos/as mesmos/as professores/as? Esse atravessamento, que ocorre pela utilização dos mesmos materiais para componentes distintos, não gera maior enfado pela repetição? Quais são os recursos de aprofundamento e/ou diversificação? Nessa perspectiva, o conhecimento do estudante não se expande, mas se limita, ficando restrito apenas ao que a Seduc-SP impõe.

Também houve situações de produção de textos coletivos, uma vez que a plataforma Redação Paulista aceita o mesmo texto publicado por estudantes distintos/as, ainda que, na correção, as notas atribuídas sejam díspares. Outra estratégia foi a experimentação das próprias plataformas, realizada muito mais pelos estudantes do que pelos profissionais: postagem de textos repetindo o mesmo parágrafo ou utilizando sinais gráficos distintos (por exemplo, repetir o #, o -, dentre outros) para cumprir o mínimo de caracteres exigidos. Existe ainda a possibilidade de produção em grupos ou duplas.

O maior desafio, que não foi possível analisar com maior profundidade, é como os/as docentes estão realizando a correção desses textos. Um dos casos conhecidos, a título de exemplificação, é o de uma professora com seis turmas: supondo que cada turma tenha o mínimo de alunos exigidos, que são 25, teria um total de 150 redações mensais para corrigir.

Segundo as diretrizes da Seduc-SP, a professora deve ler cada uma dessas redações, devolvê-las aos/às estudantes para correções e, em seguida, receber novamente os textos corrigidos para nova correção e aplicação da nota. Como isso seria possível no espaço de duas aulas semanais? Mesmo considerando o uso do tempo de hora-aula livre, a profissional, além do tempo dedicado ao planejamento das aulas - para o qual não há material pronto e que exige pesquisas complementares para fundamentar seu fazer docente - ainda deve reservar tempo para a correção das redações, supondo que dedique esse tempo apenas à produção escrita, deixando de lado a leitura, que também é parte integrante do componente curricular. O que fica evidente é: como realizar essa tarefa com a seriedade que a questão exige? Não se pode esquecer, e aqui vale reiterar, que as redações são mensais, ou seja, esse processo é contínuo.

Há quem possa salientar que, quanto às correções, a plataforma Redação Paulista conta com o uso de inteligência artificial (IA) para corrigir os textos. O primeiro ponto de crítica é que nem todas as redações são corrigidas por essa ferramenta, e não há esclarecimentos por parte da Seduc-SP sobre os motivos. Outra observação é que alguns problemas apontados pela IA como estruturais ou gramaticais, quando analisados com rigor, não se confirmam. Assim, de modo sintético, o uso da IA na plataforma acaba gerando problemas maiores aos/às professores/as que nela confiam, aumentando, por vezes, o trabalho desses profissionais, que precisam corrigir os equívocos apresentados pela ferramenta.

No caso das leituras, as estratégias variam desde a escolha do livro pelo professor, permitindo a leitura silenciosa; passando pela escolha de livros já disponíveis na escola, pois grande parte dos títulos indicados no acervo não foi encaminhada às unidades escolares, o que leva à leitura do texto físico e, posteriormente, apenas à atualização na plataforma LeiaSP da quantidade de páginas lidas; até a leitura coletiva, com o papel mediador do/a professor/a, que explicita trechos e cria conexões com temas possíveis das aulas de Língua Portuguesa ou de outras disciplinas, a depender da obra escolhida; além da permissão livre para que os alunos escolham individualmente as obras que desejam ler.

A partir dos pontos elucidados até aqui, é possível perceber um grau maior de autonomia docente para aqueles/as que atuam com esse componente curricular, uma vez que a impressão é a de que o profissional está “solto”. Ao mesmo tempo, isso pode acarretar riscos e deixar o profissional desorientado quanto à forma de atender à demanda solicitada, sem nenhum amparo formal das instâncias da Secretaria de Educação. Como observado, muitos recorrem à saída mais prática e simplista, que é a utilização dos materiais precários e equivocados produzidos pela Seduc-SP.

No próprio preenchimento do Diário de Classe, especialmente no primeiro semestre, percebia-se que a disciplina não recebia um tratamento sério, pois o profissional não dispunha de conteúdo para selecionar, ao contrário das demais diferente das outras matérias, contando apenas com a barra de “Descrição da aula” para registrar o que foi realizado - sendo possível, a título de ilustração, colocar apenas “uso das plataformas” como descrição da aula. Essa situação foi modificada no segundo semestre, quando, na aba “Conteúdo”, já está especificado o que deve ser realizado naquela em cada aula, com descrição detalhada do que deve ser feito aula a aula. Entretanto, o/a professor/a pode selecionar a mesma aula mais de uma vez, sem que isso gere problemas.

O que se nota, ao fim do primeiro semestre, é que o governo, ao mesmo tempo que compreende a importância das competências leitora e escritora, acaba, pelas escolhas tidas, demonstrando um descompromisso com tais competências. Inclusive, limita ainda mais essa experiência que, segundo os documentos oficiais, continua sendo atribuição de todas as áreas. No entanto, com a criação do novo componente curricular, cria-se a falsa noção de que apenas o profissional responsável por Redação e Leitura deve trabalhar essas competências.

Aliás, na ausência de um novo currículo, que traga mais esclarecimentos sobre o que motivou as escolhas curriculares da Seduc-SP e quais escolhas epistemológicas estão em voga nas proposições feitas, o próprio debate sobre as intenções da secretaria - para além do controle do fazer escolar, tornou-se pífio e quase impossível de ser realizado com clareza. Nesse sentido, pertinente indagar: quais efeitos essa política desestruturada causa nos profissionais e nos discentes? Como questionar escolhas arbitrárias e perversas, que a cada nova proposta reafirmam ainda mais a lógica da educação bancária (aquela explicitada por Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido), se sequer há parâmetros conscientes para que os trabalhadores compreendam o que está sendo feito?

É pertinente salientar que o não dizer, o não explicitar, é em si uma forma de assinalar algo. Desta forma, o que transparece é o caráter utilitarista das proposições da Seduc-SP, que foca na produção indistinta, sem reflexão ou aprofundamento, e sem maiores esclarecimentos do quê, por quê e para quê se faz o que se faz nas aulas - tampouco oferecendo a possibilidade de um trabalho realmente sério e coeso. O objetivo subentendido parece ser a entrega de uma redação ao fim do mês e a leitura de uma obra literária ao fim do bimestre, sem que, para isso, haja necessariamente aprendizado. Aqui cabe uma observação específica sobre programa o LeiaSP: havendo questões a cada 10% do livro lido, se o estudante responde equivocadamente a alguma delas, aparece o que seria a resposta correta, e a leitura da obra segue.

Isso faz com que a pergunta pareça mera formalidade protocolar, atrapalhando mais a fruição da leitura do que estimulando sua continuidade. Trata-se de uma clara demonstração de que a preocupação não é com o aprendizado, mas com a mera produção de dados que indiquem que “se está lendo”, - algo que, aliás, nem mesmo é claro se realmente está acontecendo.

Nesse contexto de completa displicência por parte do governo, os anúncios feitos no fim do primeiro semestre, de que as plataformas sofreriam alterações, foram recebidos com surpresa pelos profissionais. Todavia, geraram a sensação de que aprofundariam os problemas já elencados anteriormente. Tal percepção se confirmou com a primeira decisão tomada pela Seduc-SP: conceder à direção das escolas o poder de visualizar e controlar a plataforma Redação Paulista - medida que pode gerar muito mais desconfortos e sobrecarga nas atribuições da gestão do que se imagina.

A segunda ação foi o anúncio das Olimpíadas de Redação, o REDASP³, divulgado por meio da plataforma, com data previamente definida para sua realização. E aqui vale um adendo bastante interessante: no site oficial do REDASP, lê-se em seu regulamento que o objetivo da iniciativa é:

A Olimpíada de Redação São Paulo-**REDASP** tem por objetivo incentivar a produção textual a fim de contribuir para o desenvolvimento das competências previstas no Currículo Paulista de modo que os estudantes possam utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação. Além disso, é uma iniciativa que busca valorizar a autoria dos estudantes por meio da produção textual (São Paulo, 2024).

De que forma as redações das Olimpíadas propiciaram o diálogo, tal como preconizado no objetivo? De que maneira esses textos acionam outras linguagens na produção textual, se se restringem apenas à linguagem escrita, inclusive privilegiando-a em detrimento de outras formas de expressão? Parece-nos que a própria Olimpíada de Redação afasta os estudantes da concretização do objetivo que ela mesma apresenta, numa clara demonstração de que a Seduc-SP não sabe o que está fazendo.⁴

¹ Documento disponível em: <https://olimpiadassp.educacao.sp.gov.br/regulamento-redacao/>. Acessado em 27 de jan. de 2025. É importante salientar que ao pesquisar sobre a temática no Youtube da Seduc-SP não há nenhuma informação de vídeo esclarecendo o que é o REDASP, nem sobre o componente curricular Redação e Leitura, o que levanta duas hipóteses: a primeira de que o governo não produziu mesmo esses materiais, deixando os professores totalmente sem esclarecimentos, ou de que foram produzidos, mas que o governo apagou os vídeos da sua plataforma, numa espécie de “apagamento dos rastros”.

² Outra incoerência é que no site oficial das olimpíadas ainda aparece que os resultados sairão, mas ao ser pesquisado REDASP, no Youtube, é possível ver filmagens de algumas diretorias a respeito das premiações, o que levanta a questão: esses resultados foram divulgados apenas internamente sem publicizar, por qual razão? Um exemplo de vídeo de premiação é possível identificar no canal do Núcleo Pedagógico do Centro Oeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a2ydz2260UU>. Acessado em 27 de jan. de 2025. Chamamos a atenção para o amplo evento, que destoava da ausência de resultados no site oficial das Olimpíadas.

No Diário de Classe, como já mencionado, agora aparecem opções a serem selecionadas sobre o que está sendo trabalhado nas aulas. Nas indicações de conteúdo possível de ser registrado, torna-se nítida a preponderância de itens relacionado à produção textual, com muito menos ênfase em leitura. O que significa essa valorização maior da competência escritora? Quais os prejuízos de a competência leitora assumir um papel secundário e menos relevante? Ao mesmo tempo, torna-se evidente um aumento no controle sobre o que realiza em sala, fato que os profissionais sentem a cada nova resolução governamental relacionada à disciplina.

Ao fim do ano letivo de 2024, com as atividades de recuperação final, mais uma vez ficou demonstrado o desinteresse da Seduc-SP pelo componente curricular, uma vez que ele foi excluído das matérias a serem recuperadas. Ou seja, se o estudante não se dispôs a realizar nenhuma atividade ao longo do bimestre, relacionada à redação e leitura, ainda assim não precisava recuperar nada referente a isso, pois não se tratava de uma área priorizada pelo governo. Assim, ao mesmo tempo em que o governo exerce pressão sobre os professores para que cumpram metas, não há, em contrapartida, preocupação com o real aprendizado dos estudantes.

Em novembro de 2024, foi anunciado⁵ o aumento da carga horária das aulas, como parte de uma nova fase da reforma curricular. Dentre as alterações, o componente Redação e Leitura passou a ser incluído também nos anos finais do Ensino Fundamental, agora de forma concreta - e não mais por meio do uso das plataformas pelos professores nas aulas de Língua Portuguesa. A esse respeito, novamente a Seduc-SP não forneceu formação específica aos novos professores, tampouco orientações diretas. O que se observa é que cada diretoria de ensino tem feito seus próprios arranjos⁶, num cenário que revela centralização legislativa, mas uma descentralização das orientações - o que evidencia a isenção da própria Secretaria de Educação em assumir a responsabilidade pela formação do seu quadro docente.

⁵ Conforme informações da própria secretaria, disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-sp-aumenta-tempo-de-aula-e-inclui-mais-portugues-e-matematica-na-grade/>. Acessado em 26 de mar. de 2025.

⁶ São várias as situações: No Youtube é possível localizar várias formações que os Núcleos Pedagógicos estão fazendo. Por exemplo: da diretoria de Sorocaba (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XkbASG2KmTY>. Acessado em 26 de mar. de 2025); a diretoria de Botucatu (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vwMD_QZZEgc. Acessado em 26 de mar. de 2025); e os encaminhamentos via pdf da diretoria de Osasco (disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2025/02/circular-orientaes-aula-de-redao-e-leia-osc.pdf>. Acessado em 26 de mar. de 2025). Vale destacar que as informações variam de diretoria para diretoria e o próprio tamanho das lives ou documentos tem distinções, o que demonstra que os núcleos pedagógicos estão agindo por conta própria, na ausência de uma política formativa efetiva do governo estadual.

Proposta de intervenção

Em um componente curricular que se mostra cada vez mais fechado, com controle sobre sua execução, a questão que se impõe é: o que fazer?

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades, mas com o objetivo de estimular novas ideias, propõem-se algumas sugestões, ainda que singelas, para a reorganização do trabalho em sala de aula.

A primeira delas - que deve ser central em todas as ações dentro deste componente curricular - é o incentivo ao diálogo e a situações que o promovam. A solidariedade e o trabalho em equipe devem ser pilares fundamentais.

A indagação talvez resida em como realizar isso diante de atividades tão individualizadas e individualizantes como as propostas atualmente: ler um livro, produzir um texto. A resposta é que, de fato, a produção final é algo individual, todavia o percurso pode ser trilhado coletivamente - e esse deve ser o foco. Assim, o ambiente precisa ser o mais fraterno possível, estimulando a construção coletiva de ideias, seja sobre livro que se está lendo, seja sobre o tema que se está dissertando ou narrando.

O primeiro ponto seria a criação de espaços entre os professores para discutirem os livros literários passíveis de escolha. Isso promoveria não apenas o diálogo e o acordo entre os pares, como também a ampliação de formas possíveis de leitura das obras. Tal discussão não pressupõe, necessariamente, a escolha dos mesmos livros por todos os docentes. Ao contrário, esse espaço de troca poderia estimular o surgimento de novas obras, sendo o acordo, nesse caso, construído com base no respeito às opiniões diversas e na própria valorização de diferentes olhares - algo que a literatura propicia quando posta em discussão. Portanto, é pertinente que a escola promova esses momentos de troca entre os docentes.

O segundo ponto seria oferecer opções de leitura aos estudantes, a partir, inclusive, das conversas entre os professores, ampliando o repertório do corpo docente, mas também ouvindo os alunos sobre os livros que mais os interessaram nas leituras feitas no ano anterior.

Ao propor livros que explorem a singularidade de cada um, o professor estaria promovendo o debate entre os estudantes e alcançando pontos de interesse que talvez não emergissem nas aulas tradicionais. Uma possibilidade, nesse sentido, seria a leitura conjunta - entre professor e estudantes. As leituras poderiam ser pausadas sempre que surgissem pontos que chamem a atenção ou que demandem algum complemento ou explicitação por parte do professor.

O segundo ponto seria oferecer opções de leitura aos estudantes, a partir, inclusive, das conversas entre os professores, ampliando o repertório do corpo docente, mas também ouvindo os alunos sobre os livros que mais os interessaram nas leituras feitas no ano anterior.

Ao propor livros que explorem a singularidade de cada um, o professor estaria promovendo o debate entre os estudantes e alcançando pontos de interesse que talvez não emergissem nas aulas tradicionais. Uma possibilidade, nesse sentido, seria a leitura conjunta - entre professor e estudantes. As leituras poderiam ser pausadas sempre que surgissem pontos que chamem a atenção ou que demandem algum complemento ou explicitação por parte do professor.